



Gênero, clima e educação: relato a partir da Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia na Paraíba

Gender, climate and education: report from the March for Women's Lives and Agroecology in Paraíba

SILVA, Mayara Gomes da^{1,2}; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de^{1,3}
¹ Universidade Federal da Paraíba; ² mayaragomesec@gmail.com; ³ mepcarv@gmail.com

RELATO DE EXPERIÊNCIA TÉCNICA

Eixo Temático: Gênero, Feminismos e Diversidade na Construção Agroecológica

Resumo: O texto objetiva apresentar um relato reflexivo sobre experiências vivenciadas durante a 14ª edição da Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia, realizada no município de Montadas, no estado da Paraíba, em março de 2023. Inicialmente, apresenta uma breve contextualização deste movimento e a metodologia do relato reflexivo, articulando registros de eventos e experiências, informações de materiais distribuídos durante a Marcha, Cartas Políticas do movimento, matérias do site da AS-PTA e referenciais dos Estudos Culturais em Educação Ambiental (ECEA). A análise dessa bricolagem, a partir das lentes dos ECEA, possibilita compreender a Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia como uma prática discursiva/social implicada com a problematização, negociação e (re)criação de significados a partir das vozes e do contexto das mulheres rurais no atual cenário de transição energética. Destaca ainda que a Marcha vem promovendo o diálogo e o acesso à informação sobre modelos industriais de geração de energia eólica e solar, bem como apontando temáticas pertinentes à Educação Ambiental frente à atual crise climática.

Palavras-Chave: transição energética; estudos culturais em educação ambiental; movimento de mulheres rurais; crise climática.

Contexto

A Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia teve a sua primeira edição em 2010. De modo convencional, é realizada anualmente nas proximidades do dia 8 de março – Dia Internacional das Mulheres. É organizada por mulheres do Polo da Borborema¹ juntamente com a AS-PTA - Agricultura familiar e Agroecologia². A cada ano, as mulheres rurais levam para as ruas pautas que incluem o combate ao

¹ Coletivo de sindicatos de trabalhadoras/es rurais que abarca 13 municípios do território da Borborema no Estado da Paraíba. Disponível em: <https://aspta.org.br/2023/03/05/16-de-marco-no-dia-nacional-da-conscientizacao-das-mudancas-climaticas-milhares-de-agricultoras-paraibanas-vaao-as-ruas-denunciar-os-impactos-negativos-dos-parques-eolicos-e-usinas-solares/> (Acesso em 20 de mar de 2023)

² Associação que atua em prol do fortalecimento da agricultura familiar e do desenvolvimento rural sustentável no Brasil, desde 1983. Ver: <https://aspta.org.br/> (Acesso em 20 de mar de 2023).



feminicídio e às monoculturas, e reivindicações por autonomia, equidade, justiça e democracia para todas as formas de vida.

No ano de 2023, com o *slogan*: “Mulheres em defesa do território: Borborema agroecológica não é lugar de parque eólico”, a 14ª edição do movimento em marcha repetiu o tema da edição anterior (realizada em maio de 2022), no intuito de combater a desinformação e evidenciar contradições do modelo industrial de geração de energia eólica e solar, bem como apresentar denúncias relacionadas à centralização da produção energética pelas empresas e aos impactos negativos provocados pela implantação de parques eólicos e solares na região do semiárido nordestino.

No intuito de compreender o protesto das mulheres rurais em marcha contra o modelo de geração de energia eólica e solar, este texto apresenta um relato reflexivo elaborado a partir de experiências vivenciadas por uma das autoras ao longo da 14ª edição da Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia (PB), que ocorreu no dia 16 de março de 2023 – data escolhida em alusão ao Dia Nacional da Conscientização sobre as Mudanças Climáticas – no município de Montadas (PB).

O relato foi construído com base em um diário de bordo, com registros de diferentes momentos do evento, observações, impressões, atravessamentos e afetações diante das experiências vivenciadas. A produção e análise das informações aqui apresentadas, a partir do relato, foram elaboradas em diálogo com materiais distribuídos durante a Marcha – folheto contendo canções, por exemplo, e com as Cartas Políticas resultantes das 13ª e 14ª edições da Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia, bem como de matérias relacionadas às duas últimas edições da Marcha (2022 e 2023), publicadas no site da AS-PTA. Finalmente, a reflexão sobre as experiências vivenciadas, em diálogo com os materiais impressos e publicados, é articulada ao campo dos Estudos Culturais em Educação Ambiental.

Portanto, metodologicamente, o texto faz uma bricolagem entre experiência vivenciada, diálogos com materiais de divulgação e com textos teóricos, articulando experiência e reflexão. Para Kincheloe e Berry (2007), a bricolagem consiste em uma maneira de construir ciência através de múltiplas perspectivas que subsidiam análises e interpretações dos fenômenos, considerando as relações de poder na sociedade. Em consonância com Denzin e Lincoln (2006), as autoras assumiram a posição de *bricoleurs interpretativas*, compreendendo a produção de conhecimentos como “um processo interativo, influenciado pela história pessoal, pela biografia, pelo gênero, pela classe social, pela raça e etnicidade” (p. 18) de todas/os que fazem o cenário.

Mulheres em marcha: “Borborema agroecológica não é lugar de parques eólicos – nem de usinas solares”



O município paraibano de Montadas apresenta uma área territorial de aproximadamente 31,8 km² e uma população estimada de 5,8 mil habitantes (IBGE, 2022), situando-se a cerca de 158 km de João Pessoa (PB). De acordo com a AS-PTA (2023), a escolha desse pequeno município para a realização da Marcha foi estratégica, pois ele faz fronteira com alguns municípios (e.g. Pocinhos/PB) onde empresas de energia³ já possuem licenças fornecidas pelo Estado da Paraíba, autorizando a instalação de parques industriais eólicos e solares.

Nesse contexto, aproximadamente 5 mil mulheres (quase o total do número de habitantes da cidade) saíram em marcha em um percurso de 1,5 quilômetros pelas ruas de Montadas em defesa do território agroecológico, do bem viver e de uma transição energética justa no semiárido nordestino.

A maioria das mulheres participantes da Marcha vêm de municípios cujos Sindicatos de Trabalhadoras/es Rurais integram o Polo da Borborema (e.g. Montadas, Alagoa Nova, Queimadas, Remígio, Esperança), onde se desenvolvem há três décadas projetos de agricultura familiar agroecológica, contribuindo para a redução da pobreza e da fome de famílias agricultoras⁴. Além disso, participaram da 14ª edição da Marcha mulheres de outros municípios paraibanos e de estados circunvizinhos, como Pernambuco (PE) e Rio Grande do Norte (RN).

A concentração da 14ª Marcha ocorreu na praça Josefa Tavares localizada no centro de Montadas, por volta das 8h da manhã, e contou com diversos eventos, antes da sua saída, tais como abertura oficial, peça teatral e relatos de mulheres que vivem em comunidades rurais que já sofrem com os impactos negativos oriundos da implantação dos parques eólicos.

Em movimento de marcha, as mulheres fizeram uma parada para uma encenação mística em frente à Paróquia de São José – Igreja Matriz de Montadas, onde encontrava-se estendido um *banner* contendo a afirmação: “Borborema Agroecológica – território do bem viver”. Em seguida, elas continuaram em marcha entoando canções de resistência e subversão ao patriarcado colonialista, que destacavam a necessidade de equidade de gênero, sororidade, combate ao racismo, fortalecimento dos movimentos populares, esperança e resgate da ancestralidade.

Pelas ruas de Montadas as mulheres ainda expuseram suas reivindicações por uma transição energética justa no semiárido paraibano. A líder sindical e uma das coordenadoras políticas do Polo da Borborema, Roselita Vitor, destacou: “Queremos outro modelo de energia para o nosso território”. Assim, ela corroborava a fala de Ana Paulo Cândido, outra líder sindical: “O que queremos aqui é dizer para a

³ No município de Pocinhos (PB), a empresa EDP Renováveis é responsável pela instalação de parques eólicos do Complexo Serra da Borborema, e as empresas Arigo Solar Energia SPE Ltda e Sices Brasil SA são responsáveis pela instalação de usinas fotovoltaicas (AS-PTA, 2023).

⁴ Ver, por exemplo: <https://www.brasildefato.com.br/2022/05/01/paraiba-marcha-pela-vida-das-mulheres-e-pela-agroecologia-denuncia-riscos-dos-parques-eolicos> Acesso em: 02 de Maio de 2022.



sociedade e para os políticos que a energia que nos interessa é a energia descentralizada. Esta, sim, vem para contribuir com a economia das vidas das famílias agricultoras e do município”.

Após o percurso da Marcha, as mulheres retornaram ao palco para dar as mãos, cantar e cirandar junto com Lia de Itamaracá (Patrimônio Vivo do Estado de Pernambuco), As Filhas de Baracho e demais musicistas integrantes da Banda. O evento ainda contou com feirinha agroecológica e exposição artística denunciando a violência contra a mulher.

Diálogos com as Cartas Políticas da Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia: Energia limpa – Para quê? Para quem?

Nas cartas políticas resultantes das 13^a e 14^a edições da Marcha Pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia, de 2022 e 2023, respectivamente, as mulheres agricultoras do Polo da Borborema apresentaram denúncias e reivindicações relacionadas à centralização da produção energética por empreendimentos empresariais e seus impactos negativos na região do semiárido nordestino, tais como: a apropriação dos ventos e das terras; danos socioambientais e perturbações à saúde; problemáticas ligadas às relações de gênero; e a necessidade de um projeto participativo e democrático de produção energética.

De acordo com as agricultoras, os contratos propostos pelas corporações internacionais para a implantação de parques eólicos na região consistem em maneiras de apropriação dos ventos e dos territórios para o acúmulo de lucros privados, podendo gerar custos altos e irreparáveis para as comunidades (AS-PTA, 2022; 2023), além de atuar como “instrumentos de controle” sobre os territórios e as populações locais (TRALDI, 2021, p.28).

De acordo com Traldi (2021), a implantação de parques eólicos no semiárido brasileiro envolve dois processos complementares: a acumulação por despossessão – apropriação de bens comuns, como os ventos e o *green grabbing*, apropriação de terras para fins lucrativos sob a justificativa de geração de energia limpa e renovável. Apesar de figurar como fonte de energia renovável, a energia eólica gerada em larga escala tem provocado impactos socioambientais negativos, tais como desmatamento, interferência na fauna e flora, compactação e impermeabilização do solo, ruídos dos aerogeradores, fissuras em cisternas e residências, bem como perturbações à saúde (COSTA et al, 2019, SILVA et al, 2022).

As mulheres ainda enfatizaram os danos à saúde, principalmente para quem reside próximo aos aerogeradores, como insônia, vertigem, estresse, depressão, ansiedade e perdas de concentração e audição, levando diversas famílias a abandonarem as suas propriedades para viverem em outros locais (AS-PTA, 2022; 2023).



Além disso, meninas e mulheres rurais são particularmente afetadas com a implantação de parques eólicos no nordeste brasileiro, enfrentando problemas sociais como gravidez indesejada na adolescência, exploração sexual, violência e assédio, em decorrência do aumento da migração de trabalhadores temporários (AS-PTA, 2022; 2023; ARAÚJO et al, 2020). Há ainda relatos sobre os chamados “filhos do vento”, em que os funcionários temporários das empresas eólicas se relacionam com mulheres locais, geram filhas/os, depois retornam às suas cidades e não assumem a responsabilidade pelas gestações (ARAÚJO et al., 2020).

Para romper com a hegemonia patriarcal e com as relações desiguais (re)produzidas a partir do gênero, as mulheres rurais enfatizaram a necessidade de um projeto de geração energética que garanta a participação das mulheres nos espaços de gestão e tomada de decisões (AS-PTA, 2023). Além do mais destacaram a necessidade de um planejamento descentralizado, aprimoramento na legislação, nos processos de licenciamento ambiental e na implementação de normas que possam resguardar os territórios agroecológicos (AS-PTA, 2023).

Confluências com os Estudos Culturais em Educação Ambiental

Na articulação entre Estudos Culturais e Educação Ambiental destaca-se a centralidade da cultura na construção de conhecimentos e na vida em sociedade. Os trabalhos desenvolvidos nas interfaces dos Estudos Culturais em Educação Ambiental (ECEA) vêm tensionando, problematizando e colocando sob suspeição discursos histórico-culturais ligados à natureza, relações humanas com o ambiente e discursos ambientais que circulam na cultura (SAMPAIO, 2019). Além disso, os ECEA têm trazido à tona questões ligadas ao discurso, relações de gênero, identidades culturais, regulação cultural e suas implicações na formulação de políticas públicas e na construção de uma educação ambiental voltada para a justiça climática (SILVA; CARVALHO, 2023).

A partir das lentes dos ECEA, o movimento de Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia (PB) pode ser compreendido como uma prática discursiva/social implicada com a problematização, negociação e (re)criação de significados a partir das vozes e do contexto das mulheres rurais, bem como das relações de poder assimétricas que permeiam as pautas levadas em suas diferentes edições, e da circulação do poder na sociedade.

O movimento da Marcha vem apontando ainda direções quanto a temáticas pertinentes à Educação Ambiental frente à atual crise climática. Em consonância com Serantes-Pazos e Sorrentino (2022), destacam-se: a) o território agroecológico como um cenário de resistências local e global; b) denúncias aos modelos heteropatriarcais, (neo)coloniais que (re)produzem (in)justiças climáticas; c) proposição de ações políticas para mudança do sistema; e d) mulheres rurais como protagonistas de resistência e soluções climáticas.



Por fim, enfatiza-se que as duas últimas edições da Marcha consistiram em um locus de disputa e negociação de significados produzidos na esfera da cultura sobre a transição energética ou sobre o que seria de fato “energia limpa e renovável”. Enquanto prática discursiva e social, a Marcha vem promovendo o diálogo e o acesso à informação relacionada aos modelos industriais de geração de energia eólica e solar no Nordeste brasileiro, contribuindo com o posicionamento crítico e ativo das mulheres rurais frente à transição energética no território agroecológico do semiárido paraibano.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, Julio C. H.; SOUZA, Wallason. F.; MEIRELES, Antônio J. A.; BRANNSTROM, Christian. Challenges of Wind Power Deployment in Coastal Ceará State, Brazil. *Sustainability*, v. 12, p. 5562, 2020. DOI: <https://doi.org/10.3390/su12145562>

AS-PTA - Agricultura familiar e Agroecologia. Carta Política – 13ª Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia. Mulheres em defesa do território: Borborema Agroecológica não é lugar de parque eólico. 2022. Disponível em: <https://aspta.org.br/files/2022/05/Carta-pol%C3%ADtica-Final.pdf>. Acesso em 25 de Maio de 2022.

AS-PTA - Agricultura familiar e Agroecologia. Carta Política – 14ª Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia. Mulheres em defesa do território: Borborema Agroecológica não é lugar de parque eólico. 2023.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades e Estados – Montadas. 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pb/montadas.html>. Acesso em 13 de Julho de 2023.

KINCHELOE, Joe L.; BERRY, K. S. **Pesquisa em educação: conceituando a bricolagem**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

SERANTES-PAZOS, Araceli; SORRENTINO, Marcos. Diálogos em Educação Ambiental e Clima. **Ambiente & Educação**, [S. l.], v. 27, n. 2, p. 1–20, 2022. DOI: <https://doi.org/10.14295/ambeduc.v27i2.14870>

SILVA, Mayara G. DA; CARVALHO, Maria Eulina P. DE. Estudos Culturais, Crise Climática e Educação: apontamentos a partir do discurso de Txai Suruí na COP 26. **Fênix – Revista de História e Estudos Culturais**, v. 20, n. 1, p. 259-277, 2023. DOI: <https://doi.org/10.35355/revistafenix.v20i1.1216>

TRALDI, Mariana. Acumulação por despossessão e *green grabbing*: parques eólicos, arrendamento e apropriação de terras no semiárido brasileiro. **Ambiente & Sociedade**. São Paulo, v. 24, p. 1-22, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1809-4422asoc20200052r2vu2021L4TD>